

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL, UMA ANÁLISE HISTÓRICA
DAS CONTAS PÚBLICAS DE 1970 ATÉ 2008.**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

Cris Líria de Oliveira Ferreira

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL, UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS
CONTAS PÚBLICAS DE 1970 ATÉ 2008.**

Cris Líria de Oliveira Ferreira

Monografia apresentada no curso de Graduação de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Roberto da Luz Júnior

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Graduação**

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL, UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS CONTAS PÚBLICAS DE 1970
ATÉ 2008.**

elaborada por
Cris Líria de Oliveira Ferreira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

COMISSÃO EXAMINADORA:

Roberto da Luz Júnior, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Elder Estevão de Mello, Ms. (UFSM)
Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 23 de junho de 2016.

RESUMO

Monografia de Graduação
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Federal de Santa Maria

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS CONTAS PÚBLICAS DE 1970 ATÉ 2008.

AUTORA: CRIS LÍRIA DE OLIVEIRA FERREIRA

ORIENTADOR: Dr. ROBERTO DA LUZ JUNIOR

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de junho de 2016.

O Estado tem papel primordial nas finanças públicas, sendo um instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade. O objetivo principal das finanças públicas é manter a organização do Estado sadia financeiramente. Para isso cabe ao governo saber limitar e administrar as receitas de acordo com as despesas. O objetivo principal desta pesquisa é analisar a evolução da dívida no decorrer dos anos e promover uma análise do comportamento das receitas após a instauração do Plano Real. Apresentando as finanças públicas durante a ditadura militar, a instauração do Plano Real e após a implementação do Plano Real. A evolução da dívida pública é analisada a partir dos anos 1970 até 2008.

Palavras-Chave: Dívida Pública. Finanças Públicas. Rio Grande do Sul. Plano Real. Déficit Público.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Distribuição dos Tributos	18
Figura 2 – Taxas de Inflação (IGP-DI) no Brasil, 1973-1996	25
Figura 3 – Receitas Correntes (Valores Reais – ano base 2008)	29
Figura 4 – Arrecadação de ICMS 1995-2008, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	31
Figura 5 – Receitas de Capital, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	32
Figura 6 – Operações de Crédito, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	33
Figura 7 – Alienação de Bens, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	34
Figura 8 – Amortização da dívida, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	36
Figura 9 – Evolução da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	39
Figura 10 – Relação ICMS/Receitas Correntes do Rio Grande do Sul – 2000-2010	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dívida e Déficit Público do Rio Grande do Sul 1971/1998 (%PIB)	22
Tabela 2 – Evolução da despesa e da Receita entre 1966/1973 no RS	24
Tabela 3 – Relação média, por período, entre a dívida e as receitas própria e tributária do RS (1960/1984)	24
Tabela 4 – Receitas e Despesas ano 1995, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	27
Tabela 5 – Receitas e Despesas período 1996-1998, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	28
Tabela 6 – Receitas e Despesas período 1999-2002, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008	28
Tabela 7 – Participação do ICMS na Receita Tributária	31
Tabela 8 – Dívida, déficit, juros da dívida e crescimento do PIB do Rio Grande do Sul – 1999-2006	40

LISTA DE ANEXOS

Tabela 9 – Receitas Correntes (R\$), 1995-2008	47
Tabela 10 – Receitas de Capital (R\$), 1995-2008	47
Tabela 11 – Operações de Crédito (R\$), 1995-2008	48
Tabela 12 – Alienação de Bens (R\$), 1995-2008	48
Tabela 13 – Amortização da dívida (R\$), 1995-2008	49
Tabela 14 – Receitas Correntes (%), 2000-2010	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1. Déficit Público	10
2.2. Gastos Públicos	10
2.3. Finanças Públicas	12
2.4. Dívida Pública	13
2.5. Financiamento dos Gastos Públicos	14
3. REVISAO DE LITERATURA	15
4. METODOLOGIA	19
4.1 Fonte de Dados	20
5. FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	21
5.1. As finanças no período da Ditadura Militar (1964-1987)	23
5.2. Instauração do Plano Real	25
5.3. Análise das contas públicas após o Plano Real	26
5.4. As Receitas Públicas	29
5.4.1. Receitas Correntes	29
5.4.2. Receitas Tributárias	30
5.4.3. Receitas de Capital	32
5.5. As Despesas Públicas	34
5.5.1. Despesas Correntes	35
5.5.2. Gastos com Pessoal	35
5.5.3. Despesas com a Dívida Pública	35
5.5.4. Despesas de Capital	35
5.5.5. Amortização da Dívida	35
6. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL	37
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
9. ANEXOS	47

A presente monografia se ocupa de tratar as questões relativas às finanças públicas do estado do Rio Grande do Sul, bem como analisar a evolução da dívida dos anos 70 até 2008.

O Estado do Rio Grande do Sul passou por vários momentos distintos no período analisado, tendo momentos de queda e momentos de ascensão. As mudanças nas funções do governo fez com que a política econômica não ficasse apenas voltada ao equilíbrio orçamentário, mas também passou a se preocupar com o resultado provocado pelos gastos do governo nas contas públicas, e o impacto das receitas sobre a estabilidade da economia brasileira.

O estado tem tentado equilibrar as finanças públicas, mas não tem encontrado uma maneira de manter esse equilíbrio no longo prazo. Apesar de haver muitos que apontam as causas e soluções, ainda não foi possível resolver o real problema que compromete as finanças públicas estaduais. Sabendo que a prática mais rotineira de eliminar o déficit orçamentário seria reduzir os gastos públicos, isso faz com que se reduzam também os investimentos nos diversos setores da economia, que faz com que o desenvolvimento econômico não ocorra.

O objetivo geral do trabalho é analisar o comportamento da dívida pública no período de 1970 até 2008 e analisar as contas públicas do estado do Rio Grande do Sul, com enfoque após a implementação do Plano Real. Têm-se como objetivo específico, verificar se o déficit zero é condição suficiente para o desenvolvimento econômico do estado.

Este trabalho é composto pela introdução, logo em seguida será abordada a revisão de literatura, visando demonstrar o que já foi escrito e trabalhado sobre o tema em questão. O referencial teórico será apresentado a seguir, a metodologia adotada para a execução da pesquisa é apresentada na sequência. Serão apresentadas a seguir as finanças públicas a partir da década de 70, demonstrando a evolução das finanças durante a ditadura militar, a instauração do Plano Real e após a implementação do Plano Real. Após será abordada a dívida pública estadual e suas consequências na economia Gaúcha. A pesquisa se encerra com as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Déficit Público

O resultado fiscal do governo é igual à necessidade de Financiamento do Setor público, conforme identidade abaixo:

$$\textit{Financiamento Público} = \textit{Despesa Pública} - \textit{Receita Pública}$$

Se as receitas superarem as despesas, o financiamento se dará com recursos próprios do governo. Caso o contrário aconteça, o setor público deverá recorrer ao setor privado, contraindo dívida junto a este, ou então emitir moeda.

Existem três conceitos distintos para os diferentes déficits:

- Déficit Nominal: É o conceito de déficit público que além das receitas e despesas, inclui os gastos com o pagamento de juros da dívida pública.

- Déficit Operacional: Corresponde ao déficit gerado pelo desequilíbrio das contas públicas, excluindo o efeito inflacionário, ou seja, descontando-se do déficit nominal as correções monetárias e cambiais.

- Déficit Primário: É o déficit obtido a partir da extração dos juros mais líquidos do conceito de déficit operacional, ou seja, a carga de juros reais sobre a dívida interna líquida somada a carga de juros reais sobre a dívida externa líquida corresponde à diferença entre o déficit operacional e déficit primário. É o déficit sem levar em consideração o pagamento com os juros da dívida pública.

2.2. Gastos Públicos

A principal peça de atuação do governo são os gastos públicos. É por meio deles que o governo estabelece uma série de prioridades no que se refere à prestação de serviços públicos básicos e aos investimentos a serem realizados. Os gastos podem em última instância ser conceituados como uma escolha política do governo que se refere aos diversos serviços que prestam à sociedade. Eles representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens oferecidos pelo governo.

Há uma diferença entre gastos governamentais e gastos públicos, nos gastos governamentais são considerados apenas as despesas realizadas pelas unidades que compõem a administração governamental direta e indireta. Dessa forma, seriam

englobados nesse conceito apenas os gastos realizados pelas esferas de governo mais suas autarquias e fundações. Por outro lado, considera-se gasto público a totalidade dos gastos governamentais mais as despesas do governo com suas atividades econômicas produtivas, incluindo-se aí as empresas estatais.

No geral, os gastos são apresentados e classificados de acordo com sua finalidade, natureza e função, abrangendo apenas o governamental, desconsiderando os gastos das atividades econômicas do governo. Os gastos governamentais deveriam ser financiados através dos mecanismos fiscais, especialmente a tributação, e os gastos do governo com suas atividades produtivas, devendo ser financiados pelos recursos obtidos com a venda de seus bens e serviços.

As despesas do governo podem ser divididas em três partes, em grandes agregados, por categorias econômicas e por funções:

- Despesas Agregadas: é através desta despesa que temos uma ideia sobre os principais componentes das despesas do governo. Apresentam uma consolidação dos gastos totais realizados pelas diversas esferas que compõem a administração do país. Na forma de apresentação por despesas agregadas os gastos totais são distribuídos por componentes tais como pessoal e encargos, transferências, juros e amortizações da dívida, investimentos, etc.

- Despesas por categorias: os gastos governamentais por categorias econômicas são apresentados nos balanços gerais de cada unidade que compõe a estrutura governamental. Permite uma análise financeira mais apurada acerca da unidade considerada. Por meio dos gastos por categoria econômica, é possível avaliar a situação financeira do governo, avaliar o peso de cada componente na estrutura de gastos, apurar a capacidade de poupança e investimento do governo, etc.

- Despesas por funções: obedecem a uma classificação de forma agregada que reflete, de certo modo, as prioridades dadas pelo governo à alocação de recursos que lhe são disponíveis. As despesas assim classificadas são subdivididas em funções de seus diversos programas e dos subprogramas que as compõem. A análise dos dados por funções requerem um conhecimento mais detalhado acerca da forma pela qual eles são agrupados, apesar disso essa distribuição dos gastos é de suma importância para a análise das despesas públicas.

Temos como principal fonte de receita pública a arrecadação tributária, sem ela o governo fica praticamente sem possibilidades de ação, pois necessita de recursos

financeiros para investimento nas diversas áreas, a fim de promover desenvolvimento econômico e o bem-estar de seus governados.

Os encargos do governo são financiados por recursos captados de forma variada. Eles podem ser obtidos por intermédio da emissão de moedas, lançamento de títulos, empréstimos e, principalmente, pela tributação. O mecanismo da tributação, associado às políticas orçamentárias, intervém diretamente na alocação dos recursos, e sua distribuição na sociedade e pode, também, reduzir as desigualdades na riqueza, na renda e no consumo. (RIANI, 2014, p.101)

Riani (2014) apresenta quatro fontes de financiamento dos gastos públicos:

- emissão de moeda;
- lançamento de títulos públicos;
- empréstimos bancários;
- tributação.

Sendo a tributação apontada por muitos autores como a principal fonte financiadora dos gastos governamentais, e é o principal elemento da política fiscal do governo, além do que, o mecanismo de tributação reduz a desigualdade na riqueza, na renda e no consumo.

2.3. Finanças Públicas

Tratam dos gastos do setor público e das formas de financiamento desses gastos. A partir daí, são desenvolvidos estudos, teorias e modelos que procuram explicar a evolução da participação do setor público na economia, as formas de intervenção do Estado na atividade econômica, as fontes e origens das receitas públicas bem como a evolução crescente dessas receitas relativamente ao produto/renda nacional.

Para Gianbiagi (2003) as finanças públicas são um ramo da ciência econômica que se preocupa em avaliar os gastos do setor público, de que maneira serão pagos ou financiados esses gastos.

O governo existe para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado. É a consequência natural da evolução da sociedade, de forma a organizar e disciplinar da melhor forma as relações entre as pessoas. É através das finanças públicas que o governo consegue captar recursos, gerir esses recursos e administrar os gastos para atender à coletividade e o Estado.

As finanças públicas se materializam na política fiscal, um dos principais instrumentos de intervenção governamental na atividade econômica, e cuja prática envolve basicamente aumentos ou cortes do governo, sejam despesas correntes, necessárias à manutenção dos serviços públicos e aumentos ou reduções do nível de impostos.

2.4. Dívida Pública

É a dívida assumida pelo setor público, a qual depende dos fluxos das receitas dos tributos em contraposição aos gastos deste setor, constituindo os tributos e os gastos dos fatores do processo fiscal e orçamentário.

Para a teoria clássica (MUSGRAVE, 1976), o financiamento do déficit público ou de investimentos através da tributação implicará a redução de recursos antes disponíveis para a formação de capital privado ou destinado ao consumo, o que poderia comprometer as taxas de crescimento econômico, num cenário em que estas dependem do consumo e do capital circulante. Já os Keynesianos defendiam o endividamento como financiador do déficit público, como forma de movimentar a economia e provocar a geração de empregos.

Com relação ao prazo de pagamento, a dívida pode ser dividida em Dívida Fundada e Dívida Flutuante.

Dívida Fundada (ou consolidada): São compromissos com exigibilidade superior a doze meses, contraída para atender a um desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços. Exige prévia autorização legislativa e pode ser contraída por contratos ou emissão de títulos públicos. É subdividida em interna e externa que depende da nacionalidade do agente prestador.

Dívida Flutuante (ou não consolidada): Não precisa de autorização legislativa específica, é legalmente contraída pelo ente público, para atender a momentâneas necessidades de caixa e deve ser liquidada em até doze meses. Segundo a lei nº 4.320/64, compreende os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar os depósitos de terceiros e os débitos de tesouraria.

Existe ainda a Dívida Mobiliária que é um débito que o governo adquiriu através da colocação de títulos no mercado, com a promessa de pagá-los posteriormente.

2.5. Financiamentos dos Gastos Públicos

Os encargos do governo são financiados por recursos captados de forma variada. Eles podem ser obtidos por intermédio da emissão de moedas, lançamentos de títulos, empréstimos e tributação. Qualquer uma dessas alternativas, se utilizadas, financiará os gastos do governo, mas provocará efeitos diferentes sobre as atividades econômicas do país. Independentemente desses efeitos, a experiência tem mostrado que a tributação tem sido, e deve ser a principal fonte de financiamento dos gastos governamentais. Por esse motivo tratarei dele com mais detalhes no presente trabalho.

- Tributação

A tributação e às políticas orçamentárias, intervém diretamente na alocação dos recursos e sua distribuição na sociedade. Pode inclusive diminuir as desigualdades na riqueza, na renda e no consumo. Trata-se de um instrumento pelo qual os indivíduos tentam obter recursos coletivamente para satisfazer às necessidades específicas da sociedade que normalmente requerem volumosos montantes de recursos que são impossíveis de serem financiados individualmente.

O sistema de tributação deveria ser o mais justo possível. Isso significa que sua estruturação deve ser feita de tal maneira que não distorça os preços relativos dos bens e serviços, tornando o tributo um fator decisivo de competitividade no mercado. Nesse sentido o tributo deve ser universal, atingindo da mesma forma os bens e serviços com características similares e competitivos entre si.

O tributo pode ser imposto sobre várias partes do sistema econômico. Dependendo da forma pela qual é imposta, a tributação afetará vários setores da economia, bem como os indivíduos e as empresas. Normalmente, os tributos são cobrados de acordo com a renda dos indivíduos, as propriedades, a riqueza, os lucros empresariais, os salários e a produção e consumo de bens e serviços.

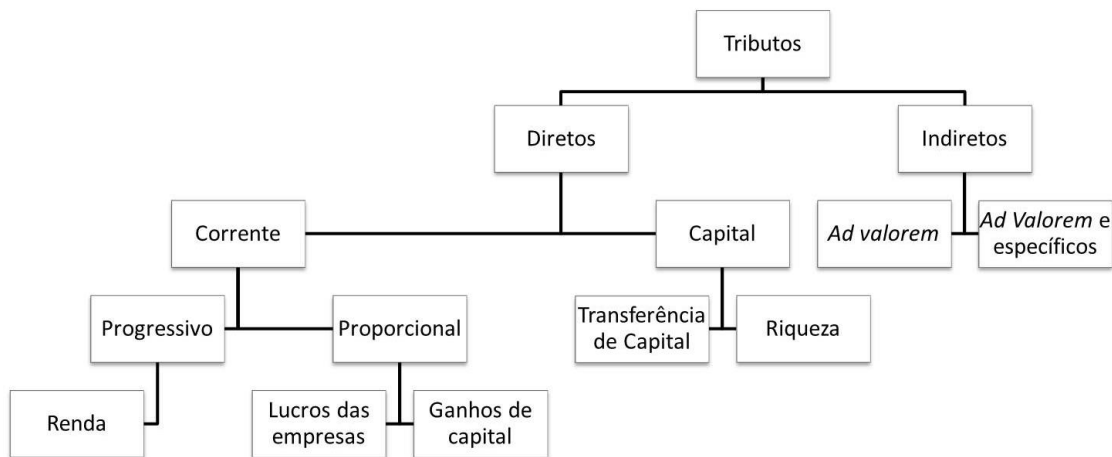
O imposto sobre a renda aparece como a mais importante fonte de receitas fiscais do governo. Os tributos podem ser divididos em diretos e indiretos. A diferença básica entre esses tributos esta na maneira pela qual eles afetam os indivíduos na sociedade.

Para Riani (2014, p.106)

Enquanto o tributo direto incide sobre os rendimentos, renda e riqueza dos indivíduos, o indireto é cobrado normalmente no preço final dos bens e serviços adquiridos pelos indivíduos. O imposto sobre a renda coloca-se como o melhor exemplo de tributo direto, enquanto o imposto sobre o consumo caracteriza-se como tributo indireto.

Tal classificação pode ser facilmente entendida conforme a figura abaixo.

Figura 1 – Organograma Distribuição dos tributos



Fonte: Livro Economia do Setor Público, RIANI (2014).

A distribuição nessas duas categorias é aparentemente simples, porém de grande importância dentro da estrutura tributária de um país. Por um lado, quanto maior a participação relativa dos impostos indiretos, maior será a abrangência do imposto, visto que esses tributos recaem, sobretudo, no consumo de bens e serviços atingindo indiscriminadamente todos na sociedade. Por outro lado, quando os impostos diretos são mais representativos, significa que o sistema de tributação está retirando recursos das fontes de rendas provenientes dos lucros, salários, honorários, etc.

Para o sistema tributário ser o mais justo e eficaz vai depender das condições políticas, econômicas e sociais que afetarão a maneira pela qual o sistema de tributação atingirá os diversos segmentos que compõem a sociedade.

3. REVISÃO DE LITERATURA

O Estado do Rio Grande do Sul bem como suas contas são objetos de pesquisa de vários autores, principalmente em relação às diversas transformações que se tem observado nas finanças públicas. O resultado das contas públicas estaduais está em constante saldo negativo. Dessa maneira as receitas do estado são incapazes de cumprir os compromissos assumidos, impossibilitando novos investimentos e comprometendo o desenvolvimento econômico e social.

Por esse motivo têm-se as finanças do estado como um tema de grande importância a ser estudado. Existem alguns trabalhos que tratam da situação gaúcha especificamente.

Fochezatto (2002) que estudou os impactos de mudanças na matriz tributária do Rio Grande do Sul, no qual teve como resultado um modelo protótipo de equilíbrio geral computável regional e que foi construído para analisar políticas econômicas nacionais e regionais.

Portugal (1997) fez uma análise dos impactos da política econômica que foi implementada nos dois primeiros anos do Plano Real sobre a economia do Rio Grande do Sul. O autor baseou-se em três aspectos da economia gaúcha: o nível de atividade, exportações e finanças públicas. Segundo ele, o Rio Grande do Sul foi severamente penalizado pela estabilização dos preços que foi, em grande medida, baseado na valorização da taxa de câmbio e na queda dos preços agrícolas, sendo que o estado Rio-grandense é caracterizado pela grande produção agrícola e volume de exportações. Outro motivo apontado pelo autor para a piora das finanças públicas foi a estabilização da inflação, devido ao elevado preço da folha salarial no orçamento do Estado.

Carvalho (2001) diz que o déficit público e o crescimento da dívida pública são as principais causas de preocupação para o plano Real. Segundo ele o governo não esta sendo capaz de administrar as contas públicas, mesmo com a elevação do valor arrecado com tributos desde a instauração do plano real. Para ele o êxito do plano real na estabilização dos preços foi acompanhado por uma piora dos indicadores fiscais. O aumento da receita, principalmente através da arrecadação tributaria, contribuiu para que os governos superassem o aumento dos gastos e evitou uma crise profunda da dívida pública. O autor mostra quatro elementos que foram os responsáveis para o aumento da dívida líquida no setor público, além dos déficits operacionais:

- as políticas de socorro a agentes econômicos em crise;
- os juros altos;
- o processo de reconhecimento de dívidas passadas;
- a política de esterilização do efeito monetário da acumulação de reservas externas.

Para ele as privatizações ajudaram consideravelmente para a redução da dívida pública. A solução apontada por Carvalho seria um corte drástico nos gastos, e uma reforma na forma de administrar e gerenciar o patrimônio público.

Santos (2001) fez uma análise sobre o comportamento das finanças do Estado do Rio Grande do Sul. E obteve como resultado a observação de um déficit estrutural, que mesmo sem investimentos ainda representava um arrombo nas contas públicas. No período analisado ele apontou que houve uma política de contenção dos reajustes salariais e um corte nos investimentos públicos, mas não o suficiente para reduzir o déficit público. Segundo o autor, uma receita extra ajudaria as contas públicas do Estado. Ele aponta como conclusão do trabalho que não houve uma redução do déficit, o que aconteceu foi uma contenção da folha salarial, pela ausência dos reajustes, e corte dos investimentos. Retomadas essas causas, o déficit volta a aparecer em níveis ainda maiores, isso porque houve um crescimento dos demais agregados de despesa em ritmo superior ao da receita corrente líquida. E ainda mostra que a solução da grave crise pela qual passam as finanças estaduais exige uma série de medidas profundas e até impopulares que exigem uma ação conjunta que não pode ser executada por nenhuma facção política isoladamente.

Casa Grande & Marquetti (2007) analisaram a origem e evolução da crise financeira do Rio Grande do Sul nos anos 1999/2006. Segundo eles, o Governo Gaúcho utilizou o aumento da dívida, o financiamento inflacionário e estratégias de receitas extraordinárias para enfrentar os déficits fiscais sistemáticos que o estado se defrontava. Para eles, o problema central não reside apenas nos fluxos entre receitas e despesas, e sim na necessidade de que a economia gaúcha cresça, ampliando a participação de investimentos no total de gastos públicos de forma a promover o crescimento da economia e reduzir o nível de endividamento público do estado. Equacionar o problema da dívida pública estatal é a principal providência para efetivar o ajuste das contas públicas no RS. Se isso não acontecer, qualquer Plano do Governo estará comprometido, na visão dos autores.

Mallmann (2011) em seu trabalho intitulado *A Evolução do Déficit Público no Rio Grande do Sul e as Políticas Econômicas em contraste com a República Velha*, faz um estudo comparativo da economia gaúcha com duas fases da história econômica do Estado. Para ele, o principal impedimento ao desenvolvimento é a rigidez das contas públicas enfrentada pelo governo estadual. O poder público possui despesas fixas que não podem ser reduzidas, como por exemplo, a despesa com

servidores inativos, que consome grande parte dos recursos estatais. As contas do governo, segundo ele, são muito rígidas, deixando praticamente só os impostos para a mobilidade do governo. Segundo ele, é muito pouco provável um retorno ao estado de desenvolvimento regional do período republicano, porque, a partir da metade do século passado, o processo acentuado de centralização, diminuiu o grau de liberdade dos estados. Se o orçamento equilibrado acontecer, será por redução de investimentos e/ou elevação de tributos. Para o autor, uma possível solução seria uma reforma tributária e uma mudança na capacidade de arbítrio do Estado.

Em outro estudo Calandro e Campos (2004) analisam a instauração do Plano Real e o seu impacto sobre a indústria gaúcha, passados dez anos. Embora o plano real tenha trazido uma estabilidade para as empresas, a sobrevalorização cambial por um longo período trouxe instabilidade econômica e incertezas, inclusive acerca da capacidade de sobrevivência do parque industrial. Segundo as autoras, a década de 90 trouxe grandes desafios para a indústria brasileira, devido em grande parte ao atraso sofrido na década anterior pela redução de investimentos e contração das atividades produtivas. Para elas, a indústria gaúcha foi mais afetada do que a nacional pela inserção internacional na economia brasileira, isso porque a economia sul-riograndense esta fortemente ligada à agropecuária, principalmente nos segmentos exportadores. Após a desvalorização cambial de 1999, notou-se um crescimento do setor exportador, conferindo assim dinamismo à atividade industrial gaúcha, caracterizando assim uma expansão na produção e no emprego, de modo a recuperar as perdas do período anterior.

4. METODOLOGIA

A metodologia estuda os meios e métodos de investigação do pensamento correto e verdadeiro, é o elemento facilitador da produção de conhecimento. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica, que procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, a pesquisa descritiva no qual se analisa os fatos, e uma pesquisa explanatória sistematizando as informações coletadas.

O método adotado para o desenvolvimento deste trabalho foi o descritivo, comparativo e interpretativo que se caracteriza por uma abordagem mais ampla, baseado em trabalhos acadêmicos anteriores que já abordaram o tema finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul, em referências bibliográficas físicas e eletrônicas, e através de documentos governamentais.

Através desta pesquisa qualitativa, visa-se descobrir qual foi a resposta dada pelo governo do Estado para a evolução da dívida pública a partir da década de 1970. Para tal questionamento foram coletadas e analisadas as principais variáveis do balanço financeiro do Estado, verificando também o comportamento das receitas estaduais, das despesas e da dívida pública que assola o Rio Grande do Sul no período de estudo.

Para Cruz e Ribeiro (2004) pesquisar é buscar compreender a forma como se processam os fenômenos observáveis, descrevendo sua estrutura e funcionamento. É na pesquisa que se tenta conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no universo. É uma forma, por excelência, de adquirir conhecimento científico.

Método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar resultados. Em sentido mais genérico, método, em pesquisas, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo. (FACHIN, 2006, p.29)

Primeiramente, para atender os objetivos específicos propostos conceituam-se déficit público, gastos públicos, finanças públicas, dívida pública e financiamento dos gastos públicos. Após analisa-se as contas públicas nos períodos da ditadura militar, da instauração do plano real e pós-instauração do plano real, faz-se uma análise do comportamento do governo para a evolução da dívida nos períodos destacados anteriormente.

4.1. Fonte de dados

Para realizar o presente trabalho foram coletados dados em balanços gerais do governo disponíveis no banco de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como dados constantes no site da Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul, além de informações disponíveis no site da FEE (Fundação de Economia e Comércio).

As variáveis adotadas no trabalho foram deflacionadas com o objetivo de avaliar em termos reais a evolução das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul. As variáveis foram deflacionadas tomando como base o IGP-DI, base 2008.

O IGP-DI, Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, tem por finalidade medir o comportamento de preços em geral da economia. É uma média aritmética ponderada do IPA (Índice de Preços no Atacado), do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e o INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

5. FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul caracterizam-se, desde os anos 1970, por sucessivos déficits fiscais e elevado grau de endividamento, conforme ilustrado na Tabela 1.

No começo dos anos 70 nota-se um crescimento moderado da dívida pública. Após 1975 esse crescimento passa a ser mais intenso, o que se deve às políticas

adotadas pelo governo que para cobrir os desequilíbrios das finanças públicas passou a emitir títulos públicos e a realizar com frequência operações de crédito.

No início dos anos 1980 tem-se um ponto de inflexão, isso porque foi o ápice do nível de endividamento público do Estado. Em função das altas taxa de juros nacionais, os serviços da dívida cresceram significativamente. Para honrar seus compromissos com dívidas passadas o governo endividava-se ainda mais. Durante a década de 80 a dívida gaúcha passou de 3,6% no ano de 1980 para 17,2% do PIB em 1989.

É durante a década de 80 que o Governo Gaúcho abandona a estratégia de endividamento público e, por meio do financiamento inflacionário reduz os déficits primário e orçamentário. No entanto, em 1994, a estratégia de enfrentamento do desequilíbrio das contas públicas via financiamento inflacionário é eliminada com a implementação do Plano Real e a estabilização da moeda nacional.

No decorrer dos anos 90, pode-se observar três movimentos distintos em relação à dívida pública. Primeiramente, entre 1990 e 1993 a dívida cresce de 13,3% para 21,0% do PIB, isso em função das altas taxas de juros. Já em 1994, com a renegociação das dívidas em 1993 junto ao tesouro nacional (lei n. 8.727), a dívida gaúcha cai para 14,2% do PIB. Porém, com as operações de crédito, a partir de 1995 a dívida volta a crescer, chegando a 19,0% em 1998 evidenciando a crise estrutural das finanças públicas do Estado.

No final dos anos 90, quando o governo já não podia mais contar com as estratégias de endividamento e atraso no reajuste das despesas estaduais, ele passa a recorrer à venda de ativos.

Tabela 1 – Dívida e Déficit Público do Rio Grande do Sul 1971/1998

(% PIB)

Ano	Dívida Pública	Serviço da Dívida	Déficit Primário	Déficit Orçamentário
1971	1,2	0,4	0,24	0,19

1972	1,2	0,4	0,58	0,32
1973	1,1	0,3	0,65	0,44
1974	1,7	0,5	0,99	0,34
1975	2,5	0,9	1,32	0,53
1976	2,9	0,7	1,51	1,04
1977	2,8	0,9	0,20	0,35
1978	3,8	0,7	0,76	-0,16
1979	4,3	1,1	0,72	0,27
1980	3,6	1,2	0,57	0,30
1981	5,3	1,0	1,39	0,34
1982	7,2	1,1	2,15	0,87
1983	7,6	1,8	1,74	3,17
1984	8,6	2,2	1,17	1,47
1985	8,9	2,3	1,37	5,01
1986	6,7	1,4	0,83	1,24
1987	12,0	2,2	0,62	0,48
1988	14,4	3,1	0,61	0,44
1989	17,2	2,1	1,36	-0,08
1990	13,3	2,0	1,73	0,38
1991	14,6	2,2	0,38	0,34
1992	18,6	3,3	2,00	0,59
1993	21,0	4,5	1,12	0,27
1994	14,2	3,7	0,49	0,41
1995	13,1	2,2	0,56	0,93
1996	14,0	1,9	0,92	-0,05
1997	16,0	2,3	1,11	-0,63
1998	19,0	2,5	1,46	-0,53

Fonte: FEE (Fundação de Economia e Estatística) PIB – RS.

Ao analisar as finanças públicas do Rio Grande do Sul, no período de 1970/1998 pode-se destacar como causa do endividamento público do estado:

- o desequilíbrio crônico das contas públicas;
- as altas taxas de juros internas dos anos 1980.

Enquanto que o desequilíbrio das contas públicas levou o Governo Gaúcho a se endividar, os altos juros da década de 1980 agravaram ainda mais os déficits existentes ao aumentar significativamente os encargos da dívida.

Quando as contas públicas começaram a se desequilibrar o endividamento público no Rio Grande do Sul foi uma das principais estratégias para enfrentar esse problema. E após os anos 80 a expansão desordenada da dívida pública esteve no centro da incapacidade do estado em reequilibrar suas finanças. A renegociação ocorrida nos anos 1997/1998 beneficiou o Governo Gaúcho, mas não solucionou a crise financeira do Estado. A situação desfavorável persiste até os dias atuais, e faz com que os governos adotem várias medidas para conter os sucessivos déficits fiscais.

5.1. As finanças durante o período da Ditadura Militar (1964/1987)

Entre 1964 e 1987 teve no Brasil o período da Ditadura Militar, começando um pouco turbulento. Criou-se nesse período o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) cujos objetivos eram acelerar o desenvolvimento econômico, combater a inflação, reduzir as diferenças econômicas setoriais e regionais, assegurar oportunidades de empregos através de investimentos e conter os déficits descontrolados do balanço de pagamentos.

A centralização da arrecadação tributária acontece em 1967 com a reforma tributária, e é instituída a correção monetária, cuja principal consequência é a inflação.

Foi durante o governo militar que ocorreram medidas para substituição de importações e incentivos às exportações. A década de 70 é marcada pelas crises de petróleo, pelo aumento das taxas de juros e o aumento exponencial da dívida pública do país. Na década de 80, a situação econômica e social do Brasil se deteriora.

Na tabela 2 observa-se que as receitas são maiores que as despesas no período de 1966 até 1973, fazendo com que ocorra um aumento gradual de transferências de recursos do Rio Grande do Sul para outras regiões, chegando a maior diferença em 1973, quando a receita é praticamente o dobro da despesa. Dessa maneira, é possível afirmar que neste período o RS financiou gastos federais em outros estados.

Tabela 2 - Evolução da despesa e da Receita entre 1966/1973 no RS.

Fonte: FEE (Fundação de Economia e Estatística) Análise do setor público no Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Ao analisar-se a tabela 3, nota-se que até 1975 a dívida se mostra estável e constante na relação entre a dívida e a receita do estado. Ao analisar-se o período de 1976-1984 nota-se que a relação dívida total/receita própria apresenta um valor de 127,89, isso significa que a dívida superou a receita em 27,89%, ou seja, a formação

Categorias	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Despesa	100	122	239	361	631	869	1194	1546
Receita	100	160	331	537	766	1332	2513	3049

de recursos do estado já não é mais suficiente para sanar as dívidas. É possível perceber que em 1973 essa diferença aumenta consideravelmente, fazendo com que a situação se agrave ainda mais.

Quando chega a década de 80, a economia gaúcha cresce, mas a arrecadação tributária não acompanha esse crescimento. Para Neto (1990) a administração do endividamento pelo setor público do Estado foi difícil e oneroso, isso por que as fontes de financiamento no exterior e as federais se esgotaram, segundo ele, é razoável supor que o desempenho das finanças públicas gaúchas, ao longo dos anos 80, foi marcado pela erosão da base tributária, com as despesas com o pessoal inativo, que praticamente dobrou no período e também, em parte, pelo endividamento. Para Neto (1990) esses foram os principais fatores que contribuíram para o agravamento da crise nas finanças públicas.

Tabela 3 – Relação média, por período, entre a dívida e as receitas própria e tributária do RS (1960/1984).

Anos	Dívida Total/ Receita Própria	Dívida Total/ Receita Tributária
1960-1967	62,68	68,49
1968-1975	64,82	70,20
1976-1980	127,89	140,28
1981-1984	168,24	187,08

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS 1960/1984. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda

Até a reforma tributária da Constituição de 1988, o governo deixou de comandar a política econômica, dependendo cada vez mais das decisões da federação, que por sua vez, dependia de decisões externas. A partir da reforma e com a edição do Plano Cruzado, as expectativas para a década de 1990 foi melhorando, apresentando inclusive um superávit no final do ano 1989.

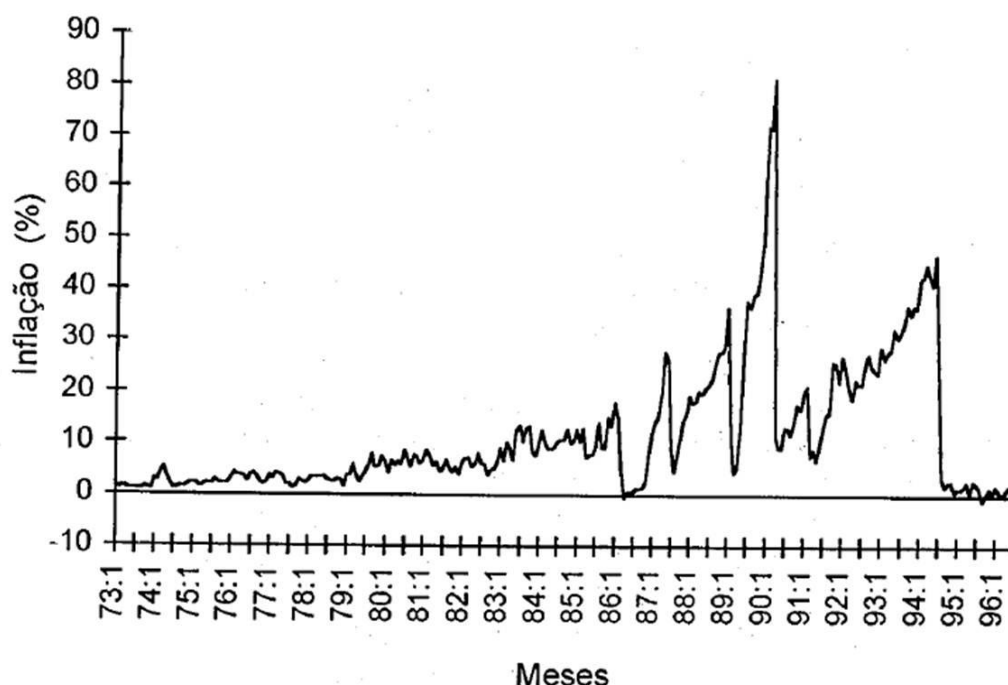
5.2. Instauração do Plano Real

Para os economistas do período, a ideia de que um plano de estabilização de preços deveria necessariamente incluir um congelamento geral de preços era tido como lei. Mesmo com o fracasso do plano Cruzado essa ideia não foi abandonada. Após o Cruzado seguiram-se o Plano Bresser (junho de 1987), o Plano Verão (janeiro de 1989), o plano Collor I (março de 1990), o plano Collor II (janeiro de 1991). Em cada um desses planos, conforme a Figura 2, o congelamento foi efetivo para reduzir a inflação apenas nos primeiros meses pós-instauração.

Figura 2 – Taxas de Inflação (IGP-DI) no Brasil, 1973-1996

Fonte: Conjuntura Econômica

Em março de 1994 o Plano Real iniciou com a introdução da Unidade Real de Valor (URV), e a sua consolidação veio em julho do mesmo ano com a entrada da circulação do Real, o que representou o abandono definitivo da estratégia de congelamento de preços que se iniciou com o plano Cruzado. A URV foi utilizada para



garantir um equilíbrio dos preços relativos da economia, o qual muitas vezes fica desestabilizado pela alta inflação, de tal forma que a introdução do real fosse feita sem pressões para recomposição de preços. Utiliza-se a âncora cambial como forma

de dar credibilidade à nova moeda e se torna a parte central do processo de estabilização de preços em economias de inflação alta e crônica.

A política cambial adotada a partir de 1994 é a de paridade do real com o dólar, que fez com que o Brasil passasse a ter problemas de elevados déficits em seu balanço de pagamentos. Mesmo assim, o país manteve a paridade do câmbio, aumentou a taxa de juros, administrando a entrada de capitais para financiamento do déficit público da balança comercial. Com estas ações, o estoque da dívida se elevou e aumentou o dispêndio financeiro com encargos da dívida.

Com a implementação do Plano Real, exigiu-se dos governos uma reestruturação das finanças públicas estaduais. Para que ocorresse o fortalecimento econômico esperado, era necessária uma mudança estrutural nas contas públicas.

Tem-se como principal meta dos governantes, a partir de 1995, a busca por um reequilíbrio das finanças públicas do estado, através de uma política fiscal restritiva, aumentando as receitas e contendo os gastos.

5.3. Análise das contas públicas após o Plano Real

O primeiro ano (1995) foi um ano difícil para as finanças estaduais, conforme tabela 4 a seguir, devido em grande parte a crise nos preços, a estiagem na agricultura e o fim do imposto inflacionário, fazendo com que ocorresse um desequilíbrio nas receitas e nas despesas. No final deste ano, o governo federal criou um Programa de Apoio à Reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados. O que criou mecanismos que permitiram ao estado a busca de recursos a prazos mais longos e a custos mais baixos.

Tabela 4 – Receitas e Despesas ano 1995, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008

Conta	1995	A%	B%
1. Receita Corrente	15.606.615.176,59	82,96	9,54
2. Receita de Capital	3.206.249.279,46	17,04	1,96

Receita Total (1+2)	18.812.864.456,05	100	11,50
3. Despesa Corrente	15.719.766.831,81		
4. Despesa de Capital	4.728.429.637,78		
Despesa Total (3+4)	20.448.196.469,59		
PIB	163.656.421.659,75		

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, com base em dados da secretária do planejamento e gestão do estado do Rio Grande do Sul.

A = Percentual em relação ao total do orçamento;

B= Percentual em relação ao PIB.

Em 1995 as receitas totais representavam 11,5% do PIB, e esse percentual seguiu aumentando chegando a 19,5% em 1998.

A partir de 1998 o estado passou a buscar um orçamento superavitário ao invés do deficitário, e optou por ser mais competitivo e regulador. As receitas aumentaram, no período de 1996-1998, em grande parte devido às operações de crédito e a rolagem de títulos. Obteve-se uma melhora significativa.

O ano de 1996 marca o início de uma nova fase para as finanças públicas estaduais. Alinhado com a política do Governo Federal de redução do setor público na atividade econômica, o Governo Estadual busca equacionar a questão do financiamento do gasto público por meio de um conjunto de ações a que chamou de Programa de Reforma do Estado. O programa visava quatro aspectos principais: i) a redução do gasto com pessoal; ii) a privatização de empresas públicas; iii) o equacionamento da questão da dívida mobiliária; e iv) o saneamento do sistema financeiro estadual (GARSELAZ, 2000, p.107).

Conforme se verifica na tabela 5 abaixo:

Tabela 5 – Receitas e Despesas período 1996-1998, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008.

Conta	1996	1997	1998
-------	------	------	------

1. Receita Corrente	18.331.408.723,2 2	18.065.153.363,3 2	20.624.953.500,3 0
2. Receita de Capital	6.898.169.441,74	10.455.465.900,9 9	15.749.573.293,1 1
Receita Total (1+2)	25.229.578.164,9 6	28.520.619.264,3 1	36.374.526.793,4 1
3. Despesa Corrente	19.662.873.192,6 1	18.685.013.881,9 3	20.491.738.488,2 7
4. Despesa de Capital	5.649.693.304,21	8.265.598.448,77	14.853.044.420,3 9
Despesa Total (3+4)	25.312.566.496,8 2	26.950.612.330,7 0	35.344.782.908,6 6
PIB	176.472.520.361, 72	181.455.374.814, 35	185.665.393.969, 63

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, com base em dados da secretária do planejamento e gestão do estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com a tabela acima se constata que o aumento das receitas fez com que as contas se mantivessem em equilíbrio neste triênio.

No período seguinte, esse equilíbrio não se manteve, pelo contrário os resultados foram desagradáveis, conforme tabela 6.

Tabela 6 - Receitas e Despesas período 1999-2002, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008.

Conta	1999	2000	2001	2002
5. Receita Total	18.503.600.281,8 7	19.973.623.040,8 5	18.569.240.682,9 3	18.275.695.451,7 4
6. Despesa Total	20.394.779.136,6 0	21.266.975.723,2 0	19.617.190.747,5 0	18.843.071.066,1 0
Saldo (5-6)	- 1.891.178.854,73	- 1.293.352.682,35	- 1.047.950.065,27	-567.375.614,36

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, com base em dados da secretária do planejamento e gestão do estado do Rio Grande do Sul.

Nota-se que o déficit persiste durante o período analisado, mas diminui de forma gradual, de tal modo que em 2003 o orçamento volta a ficar superavitário. Segundo Keynes (1973), é preferível que o estado gere déficits para aumentar a demanda efetiva do que deixar de investir na economia.

5.4. As Receitas Públicas:

5.4.1. Receitas Correntes:

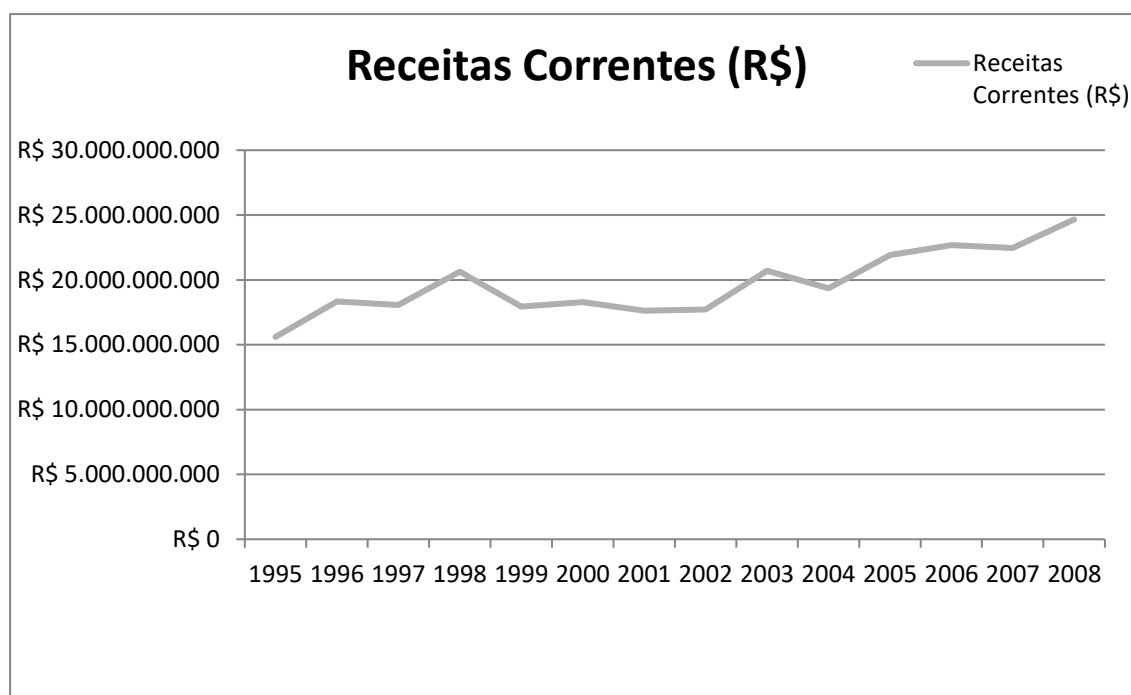
As receitas correntes são compostas de recursos oriundos de tributos de competência financeira e tributária e de arrecadação própria de cada nível de governo. Registram praticamente todos os recursos oriundos da arrecadação tributária de competência dos Estados mais as parcelas de recursos tributários arrecadados por outras unidades a eles transferidas. São receitas que aumentam o patrimônio não duradouro do estado. Através dos estados, observa-se que há predominância das receitas correntes na receita total. RIANI (2014)

Durante 1995-2008 nota-se uma tendência a um crescimento das receitas correntes, conforme figura 3. Porém em 1999 tem-se uma queda das receitas em grande parte devido aos efeitos da lei Kandir¹ que diminuiu significativamente a arrecadação do ICMS do Estado, sendo este considerado uma das principais fontes de receitas correntes.

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, base de dados da Secretária do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

¹ Lei Kandir: Lei complementar brasileira nº 87 que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996, dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS). A lei Kandir isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação.

Figura 3 – Receitas Correntes (Valores Reais – ano base 2008)



Assim pode-se ver que os primeiros quatro anos do Plano Real não apresentaram resultados favoráveis, mostrando uma fragilidade do Estado para financiar seus gastos. Em 1999 tem-se uma melhora significativa, e a partir de 2005 o alto índice provém do aumento da arrecadação tributária.

5.4.2. Receitas Tributárias:

As receitas tributárias formam a principal fonte de recursos do governo. Nessas receitas estão incluídos os impostos, as taxas e as contribuições de melhorias. Quando se trata da arrecadação estadual sua origem se dá através do ICMS, IPVA, ITBI e das taxas.

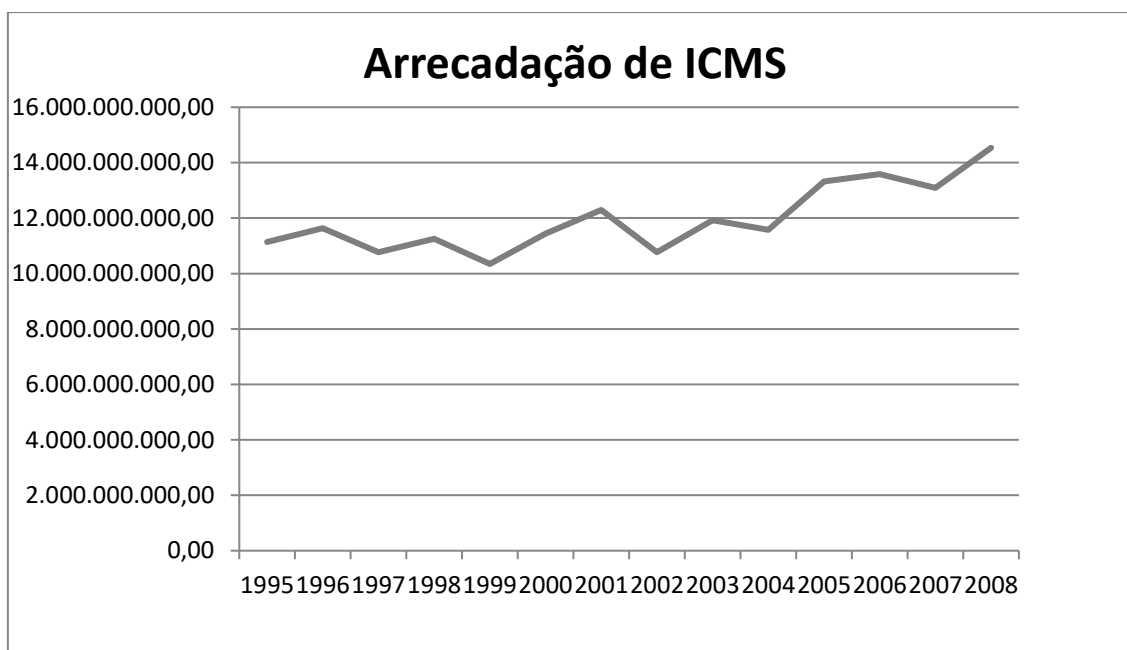
ICMS – É o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, é um imposto indireto, pois seu valor está incluso no preço da mercadoria ou serviço adquirido pelo consumidor final. Cabendo ao comerciante ou o industrial repassar esse valor ao setor público. Esse imposto é regulamentado pela lei complementar 87/1996, mais conhecida como a lei Kandir. O ICMS devido é informado em Nota Fiscal, numa coluna própria.

Para que o governo receba o valor cabido é necessário que o comerciante ou industrial emita a Nota ou Cupom Fiscal e cabe ao consumidor exigir o comprovante da compra no ato da aquisição do produto ou serviço. Visando incentivar o consumidor a solicitar a nota fiscal, o governo cria programas como em 1996 cujo programa era o

Paguei Quero Nota, e a partir de 2012 entra em vigor a Nota Fiscal Gaúcha, que regula e dá prêmios aos cidadãos cadastrados.

Ao analisar o valor arrecado através de receitas tributárias nota-se uma evolução crescente, principalmente a partir de 1999 quando o governo intensificou o combate à sonegação, com a criação de programas sociais e forte fiscalização. A evolução histórica da arrecadação pelo crédito de ICMS pode ser analisada na figura 4 a seguir.

Figura 4 – Arrecadação de ICMS 1995-2008. Valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008.



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, base de dados da Secretária do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

O ICMS corresponde a 88,21% da arrecadação tributária, caracterizado como o mais importante tributo estadual, sua participação no total arrecado em receitas tributáveis pode ser analisado na tabela 7. Vale ressaltar que os recursos gerados pelo ICMS não pertence exclusivamente ao estado, conforme a Constituição Federal estabelece.

Tabela 7 – Participação do ICMS na Receita Tributária

ANO	Participação (%)
1995	93,50
1996	92,14
1997	89,62
1998	88,19
1999	88,94
2000	89,61
2001	91,27
2002	89,99
2003	85,24
2004	85,51
2005	86,26
2006	85,48
2007	84,24
2008	85,01

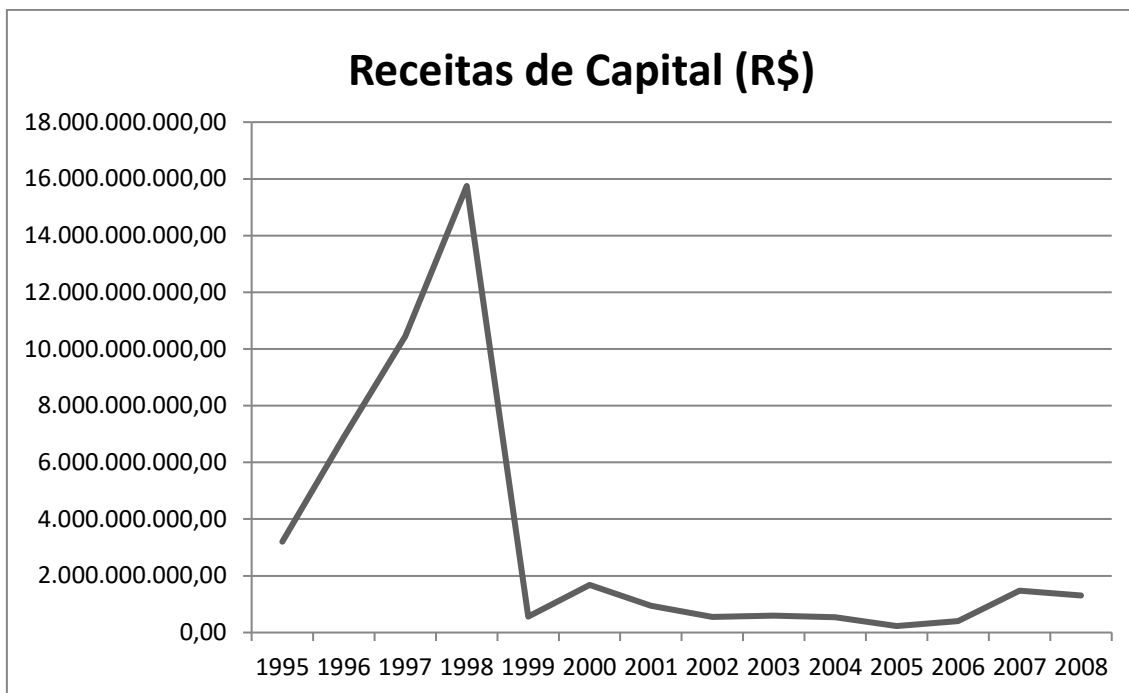
Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, a partir de dados da Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

5.4.3. Receitas de Capital:

As receitas de capital são os recursos oriundos das operações de crédito, os chamados empréstimos, para custear despesas de capital. Essas receitas alteram o patrimônio duradouro do estado. Sua característica básica é a de não serem oriundas de tributos e de outros mecanismos de captação de recursos pelos estados.

Ao analisar a figura 5, nota-se que no período de 1995 até 1999, as receitas de capital apresentaram um salto considerável, devido em grande parte ao aumento das operações de crédito e a alienação de bens. Em 1995 as receitas de capital representavam 17% do orçamento, passando para 43,3% em 1998, apresentando uma queda apenas em 1999, fato explicado pela redução das operações de crédito.

Figura 5 – Receitas de Capital, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008.

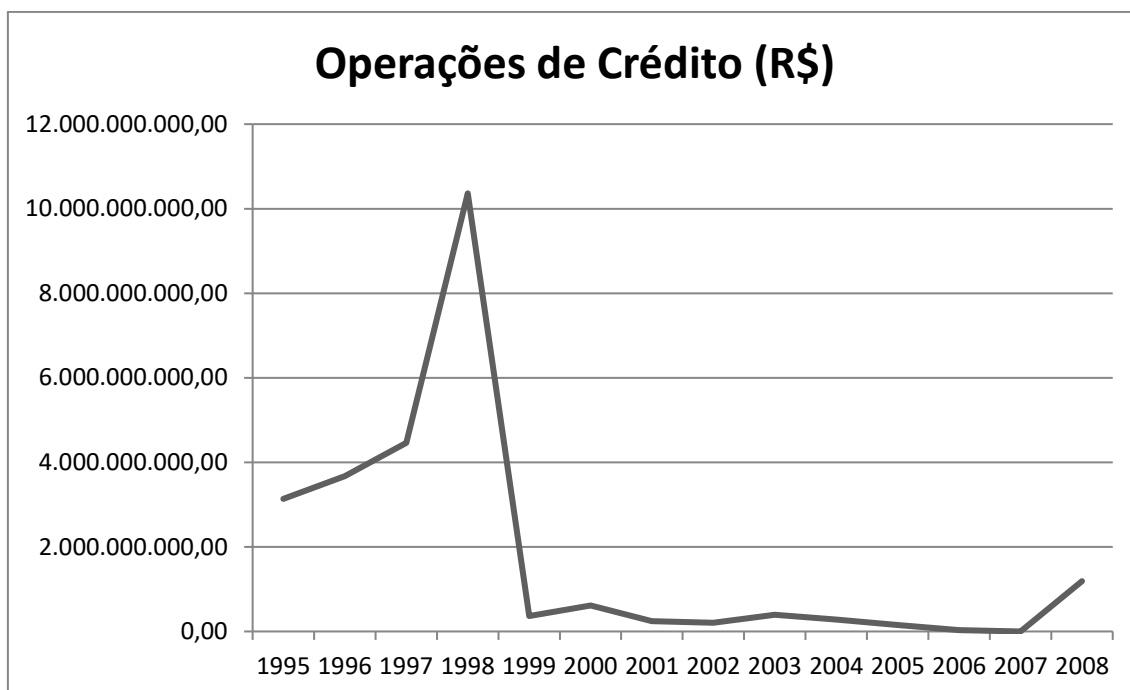


Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, base de dados da Secretária do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Com base nas receitas de capital, têm-se as operações de crédito, que é o montante de empréstimos realizados pelo governo no período, e tem como objetivo financiar seus projetos e atividades.

Conforme a figura 6 a seguir nota-se que a partir de 1995 aumentaram as operações de crédito, chegando ao seu ápice em 1998, ano este em que a união instituiu o Programa de Apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados. Dessa maneira, o estado poderia buscar recursos a prazos longos e a baixo custo. Em 1999 o governo decidiu reduzir as operações de crédito, por isso, a queda livre apresentada no gráfico elaborado com base nos dados da secretaria do planejamento e gestão do RS. A variação foi de 28,4% em 1998 para 1,9% do total do orçamento em 1999.

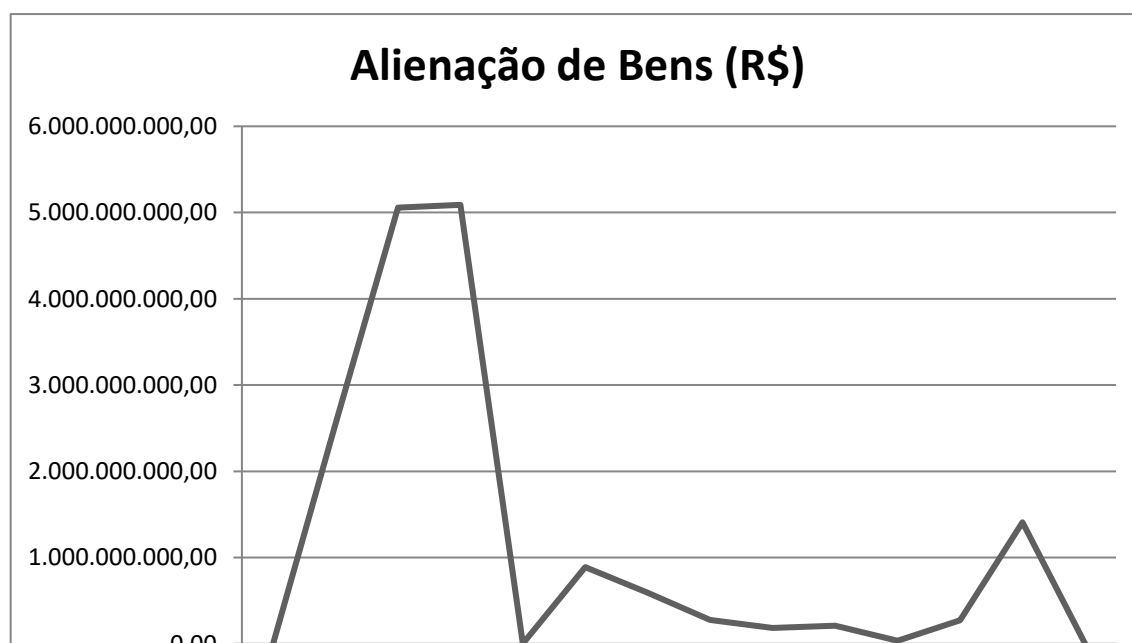
Figura 6 – Operações de Crédito, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008.



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, base de dados da Secretária do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Outra forma de financiar as despesas, além das apresentadas no presente trabalho é a Alienação de bens, que é o resultado de vendas de ativos por parte do governo. Tem-se em 1996 os primeiros resultados positivos nas contas públicas, isso se deve ao fato de que, além da nova mentalidade do estado em aumentar suas receitas, renegociar as dívidas teve também a entrada de receitas através das privatizações, o que fez com que o estado equilibrasse suas finanças e buscasse na iniciativa privada parceria para ampliar seus investimentos (Figura 7).

Figura 7 – Alienação de Bens, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008.



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, base de dados da Secretária do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Uma das principais alternativas para zerar o déficit é a alienação de bens, em 1997 as alienações representavam 48,3% das receitas de capital. Em 1999 o estado reduziu consideravelmente as alienações de bens.

5.5. As Despesas Públicas:

As despesas governamentais incluem gastos necessários à manutenção das finanças públicas, incluem nesta conta os gastos com as prestações de serviços, as transferências de recursos e os gastos de capital relacionados aos investimentos realizados pelo governo. Deduz-se que quanto maior as despesas correntes, menor será o investimento.

Entre 1995 a 1998 as despesas totais só aumentaram, fazendo com que as receitas do estado ficassem comprometidas. Em 1999 houve uma redução dos gastos públicos. Entre as despesas mais significativas estão as despesas com pessoal e amortização da dívida.

5.5.1. Despesas Correntes:

São consideradas despesas correntes os gastos destinados à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos realizados pelo governo. São despesas fixas do governo, entre elas despesas com o pessoal, gastos com os materiais de consumo, o pagamento dos juros da dívida, entre outras.

5.5.2. Gastos com pessoal

Faz referência ao pagamento de salários do funcionalismo público (ativo, inativo e pensionista). Ficam nesta conta os gastos com outras obrigações dos funcionários que trabalham no setor público, como sentenças judiciais, salário família e outros.

5.5.3. Despesas com a Dívida Pública

Nem sempre o estado do Rio Grande do Sul foi endividado, têm-se períodos em que o saldo foi positivo, mas de forma gradual o estado perdeu a autonomia e por consequência a capacidade de controlar as suas próprias finanças. É nesta conta que são orçados o pagamento de juros, comissões, dívida pública mobiliária e despesas com operações de crédito internas e externas.

5.5.4. Despesas de Capital

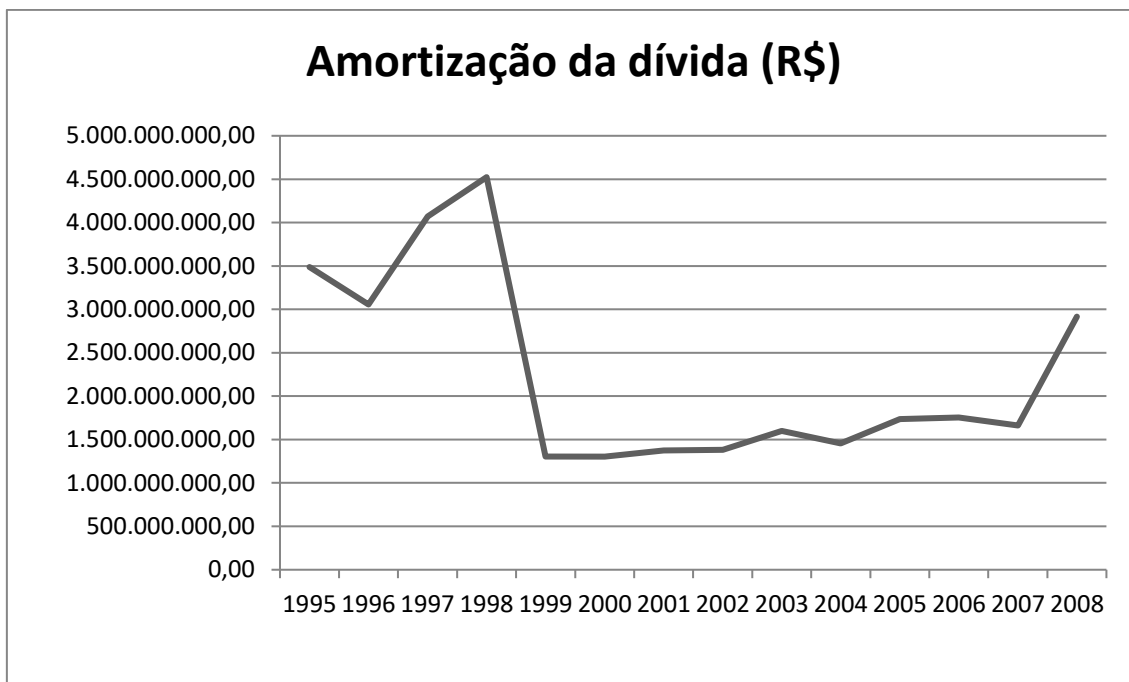
A despesa de capital é uma despesa que visa aumentar o patrimônio do estado. Esta ligada aos investimentos realizados pelo governo em obras e instalações, bem como amortização da dívida e as transferências.

5.5.5. Amortização da Dívida

Nesta conta inclui-se o pagamento de amortização de empréstimos internos ou externos realizados pelo governo, engloba também a atualização monetária e cambial referente a operações de crédito contratadas.

De acordo com a figura 8, até 1998 a dívida era composta praticamente de títulos. A amortização estava vinculada a remissão de novos títulos, por isso o aumento das amortizações de 1996 a 1998. Nota-se que a partir de 1999 as amortizações reduzem-se, isso é consequência da redução das operações de crédito durante esse período.

Figura 8 – Amortização da dívida, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008.



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, base de dados da Secretária do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

6. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

A política de créditos implementada pelo governo Federal a partir do final de 1994 começou a mostrar seus efeitos recessivos a partir de 1995. A implementação do Plano Real em 1994, e o congelamento da inflação, fez com que o governo estadual perdesse uma importante fonte geradora de receitas, as receitas financeiras. Como medida de contenção o governo decidiu privatizar duas das maiores empresas estaduais a CEE e CRT, o que, num primeiro momento mostrou-se eficiente, considerando o montante de capital que foi introduzido na economia gaúcha, mas tão logo o capital terminou, os problemas anteriores voltaram e o governo ainda ficou sem as receitas provenientes dessas empresas.

A Lei Complementar nº 87 (Lei Kandir), que entrou em vigor em 1996 e reduziram drasticamente as receitas dos estados, isentando do ICMS os produtos destinados à exportação. O governo federal se comprometeu a compensar as perdas dos estados, mas na prática isso não aconteceu como deveria, já que as regras para esse repasse não ficaram muito claras.

No fim da década, o governo estava tão comprometido com a dívida que necessitava retirar recursos que seriam destinados a investimentos para saldar os compromissos.

O combate à sonegação, exercido pelo governo a partir dos anos 2000, trouxe uma ligeira recuperação. Porém, não houve um aumento nos impostos, pelo contrário, as receitas diminuíram em virtude da redução das transferências correntes da União e a limitação das operações de crédito.

Ao longo dos anos, o governo foi perdendo o controle de suas próprias contas. O endividamento começa ainda na década de 30, quando por consequências da crise de 1929, o estado precisa financiar recursos para realizar investimentos em infraestrutura. Na década de 50 o governo precisa se concentrar no processo de industrialização do estado, por enquanto, as finanças ainda não estavam comprometidas.

O começo do endividamento do estado se dá na década de 60, devido em grande parte à necessidade de acompanhar o desenvolvimento que estava ocorrendo no Brasil, no qual o estado utilizou-se de recursos próprios elevando consideravelmente o endividamento. Somando-se a isso, tem-se a reforma tributária de 1966 que centralizou a arrecadação de recursos, diminuindo a capacidade de investimentos dos estados.

Ao analisar a figura 9, nota-se que nas décadas de 70 e 80 a situação financeira se agrava, comprometendo inclusive os movimentos futuros. Em 1989 tem-se uma suave recuperação com superávit, devido em grande parte à reforma tributária da Constituição Federal de 1988. Mas, ao iniciar os anos 90, o déficit retorna às contas públicas. A implementação do Plano Real em 1994 e o congelamento da inflação, piora o quadro econômico gaúcho, fazendo com que o governo perca as receitas financeiras.

Figura 9 – Evolução da Dívida do Estado do Rio Grande do Sul, valores deflacionados pelo IGP-DI ano base 2008.



Fonte: Dívida pública estadual, relatório anual, 2009.

Houve sucessivos déficits, intercalados com curtos períodos positivos de recuperação, acumulando uma vultosa dívida. Tendo como principal causa disso à centralização dos recursos na Federação e o repasse insuficiente ao governo estadual.

Segundo Casanova e Marquetti (2009) com a renegociação das dívidas em 1998, o endividamento estadual inaugurou uma nova fase. Houve queda significativa dos investimentos públicos no Rio Grande do Sul, essa contenção de gastos possibilitou uma melhora das contas públicas.

O início de 1999 foi marcado pela mudança na condução da política fiscal, com a implementação de uma gestão financeira rígida. Entre 1999 e 2002, o Governo adotou uma série de medidas para reequilibrar as contas públicas no Rio Grande do Sul. Dentre as principais medidas, destacam-se as seguintes: (a) a revisão das políticas de incentivos fiscais; (b) o ajuste das despesas com pessoal, previdência e investimentos públicos; e (c) o combate à sonegação, com a implantação do programa de recenseamento de notas fiscais eletrônicas. (...) Já entre 2003 e 2006, o Governo buscou receitas adicionais, através da formulação do Programa de Recuperação de Créditos (Refaz), com medidas de combate à sonegação e com a cobrança de créditos tributários. Uma série de medidas para cortar gastos da máquina pública também foi adotada durante esse período. Em 2005, outras medidas foram adotadas, dentre elas, a mais importante: o aumento da alíquota do ICMS para combustíveis, energia elétrica e serviços de telecomunicação. Cabe destacar-se também, o projeto de integração de dados e informações de todas as funções gerenciais de pessoal para monitorar a despesa com o funcionalismo no Estado (CASANOVA e MARQUETTI, 2009, p.313).

Este trecho evidencia a preocupação dos governos com o equilíbrio das contas do estado. Para isso, buscou-se conter gastos e aumentar receitas, comprometendo, porém, o desenvolvimento econômico devido à redução nos investimentos.

A partir de 1999, nota-se que, com exceção de 2002, a razão dívida/PIB mantém-se praticamente constante. Conforme tabela 8 a seguir apesar dos superávits primários a partir de 2002, há déficit orçamentário em todo o período, exceto 2002. Isso mostra que frente às despesas, as receitas ainda não são suficientes e que os superávits primário entre 2002-2006 não foram suficientes para cobrir os desequilíbrios orçamentários existentes e diminuir o nível de endividamento público, tampouco para ajustar as finanças estaduais.

A última década foi marcada por sucessivas tentativas de aumento do ICMS, objetivando equilibrar as contas do Estado que atravessam um período difícil. O equilíbrio fiscal foi, inclusive, tema de campanha governamental. O governo em 2005 optou por uma política tributária que priorizava os impostos indiretos como principal fonte de recursos. O desequilíbrio fiscal foi abordado por Porsse, que diz o seguinte:

Esse quadro tornou-se mais crítico em 2005, devido à recessão econômica causada pela estiagem que ocorreu no Estado. Nesse contexto, em 2005, o Governo Estadual buscou garantir o equilíbrio orçamentário, promovendo uma política tributária de aumento do ICMS sobre uma determinada cesta de produtos, com o objetivo de aumentar a arrecadação no nível necessário para cobrir as despesas. Os produtos-alvo da política foram os combustíveis (gasolina, álcool e GLP), a energia elétrica e os

serviços de telecomunicações. Contudo a política foi concebida com um caráter transitório, uma vez que o aumento de alíquota realizado deverá ser gradativamente reduzido até seu patamar inicial, anterior à política. O aumento da carga tributária estadual decorrente da política tem suscitado grande debate sobre seus custos de bem-estar para as famílias gaúchas e para o setor produtivo em termos de perda de competitividade. Esse debate acirrou-se particularmente diante da elevada queda da atividade econômica do Rio Grande do Sul observada em 2005, quando a previsão de crescimento do PIB foi de -4,8%. Vale observar que outros fatores relevantes para o desempenho da economia gaúcha se somaram ao o aumento das alíquotas do ICMS, como a forte estiagem e a valorização cambial. (PORSSE, 2008, p. 702).

A solução para os problemas nas finanças públicas encontrado pelo governo para reequilibrar as contas e aumentar a arrecadação foi o aumento do ICMS, porém essa medida trouxe como consequência a queda da atividade econômica.

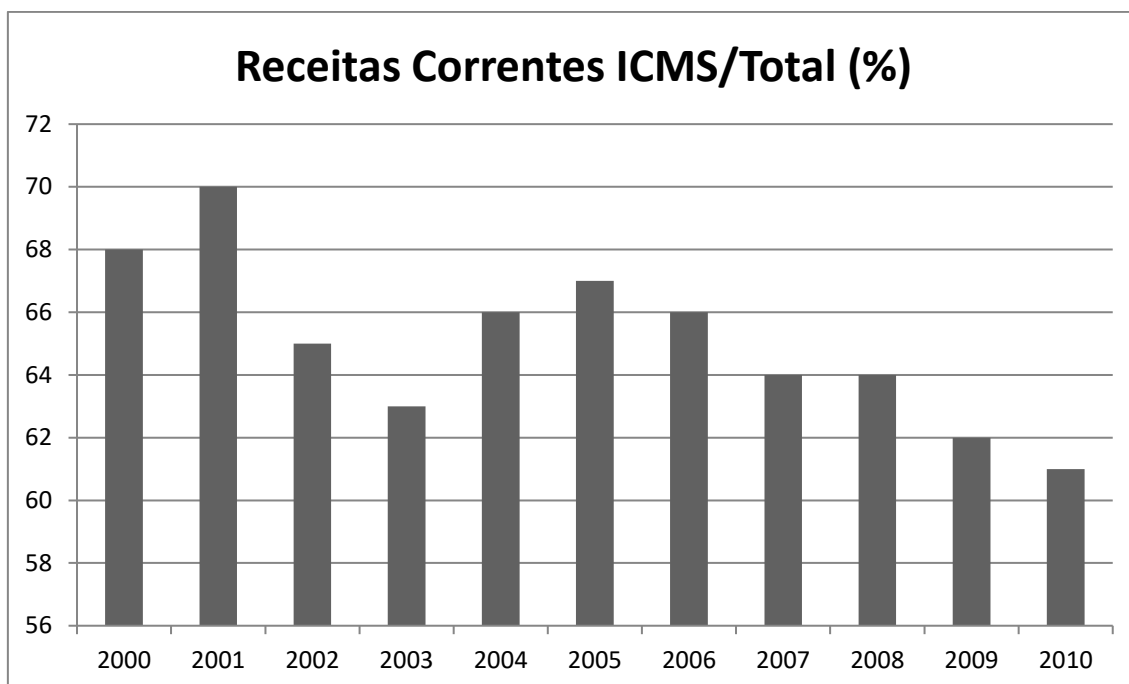
Tabela 8 – Dívida, déficit, juros da dívida e crescimento do PIB do Rio Grande do Sul – 1999-2006.

Anos	Dívida Pública (% do PIB)	Serviço da dívida (% do PIB)	Déficit Primário (% do PIB)	Taxa Nominal de Juros (%)	Taxa Nominal de Crescimento do PIB (%)
1999	20,6	0,94	0,39	26,0	6,8
2000	20,4	0,99	0,47	15,8	12,5
2001	21,1	1,03	0,16	16,4	10,3
2002	23,6	1,15	-0,3	32,4	10,9
2003	20,7	1,11	-0,15	13,7	21,8
2004	20,2	1,02	-0,12	18,1	11,3
2005	20,8	1,18	-0,47	7,2	2,0
2006	20,4	1,14	-0,51	9,8	7,3

Fonte: Adaptado de CASANOVA e MARQUETTI, 2009, p.311.

O ICMS corresponde a aproximadamente 60% do total das receitas correntes, com destaque para 2005, ano em que aumentou o imposto, quando a relação foi de 67%, conforme figura 10 abaixo:

Figura 10 – Relação ICMS/Receitas Correntes do Rio Grande do Sul – 2000-2010.



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho com base nos dados disponíveis no site da SEFAZ – RS

Em 1998 houve uma grande renegociação da dívida, alterando por completo esta situação: a federalização da dívida alterou os haveres públicos estaduais, modificando-a de mobiliária para a dívida integralmente contratual com a união. O governo federal subsidiou grande parte da dívida e encerraram-se as operações de crédito com o objetivo de rolagem da dívida. Sendo assim, a renegociação e outras medidas do Programa de Ajuste Fiscal, foram necessárias.

Depois de alguns anos de déficits primário e orçamentário, mesmo após a renegociação, os resultados superavitários começaram a surgir. Para que seja cumprido o acordo é necessário que o Estado tenha capacidade de aumentar receitas e controlar as despesas.

Os indicadores têm melhorado em decorrência dos ajustes feitos tendo o Programa de Ajuste Fiscal e as metas da Lei 9.496/87 como base. Trata-se de ações sobre a receita e a despesa. Isto traz os benefícios de orçamento equilibrado, mas no longo prazo pode significar diminuição nos gastos com educação, saúde e segurança.

No findar do período analisado, pode-se perceber que houve uma sensível melhora nas contas, com redução da dívida/PIB. No entanto, a busca pelo déficit zero, não significa possibilidade de desenvolvimento, como no passado, mas apenas que as contas estarão equilibradas. Não há como aumentar investimentos, pois hoje as contas são muito mais rígidas, pelo contrário, talvez até seja necessário reduzi-los

para manter as contas equilibradas. Desse modo, de nada adianta equilibrar as contas, se não há fontes para investimentos e desenvolvimento socioeconômico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção governamental é de essencial importância para o sucesso de qualquer economia mundial. As funções do governo foram expandindo com o decorrer

dos anos. Para alguns teóricos, a sociedade necessita de intervenção a fim de se obter o bem estar social.

Com a implementação do plano Real foi possível controlar a inflação, porém, as finanças públicas sofreram consideravelmente. Embora o governo procurasse utilizar da melhor maneira os recursos públicos, as dificuldades em controlar as finanças e ajustar as contas foram os principais problemas enfrentados pelos governos nos períodos analisados.

Tem-se como principal preocupação do Estado o aumento gradual da dívida pública e a incapacidade de pagá-la. A dívida cresceu e os resultados não foram os mais favoráveis, com um desequilíbrio fiscal e um orçamento ineficiente, a ação do governo em proporcionar mudanças era essencial.

A renegociação da dívida gaúcha foi fundamental. Uma vez que o orçamento equilibrado é condição necessária, mas não o suficiente para alcançar o desenvolvimento econômico.

O governo estadual perdeu a autonomia que tinha devido à centralização do poder pelo governo Federal. Um dos principais impedimentos ao desenvolvimento é a rigidez das contas públicas enfrentada pelo governo estadual. O poder público possui receitas fixas que não podem ser reduzidas, como por exemplo, as despesas com servidores inativos que consome uma grande parte dos recursos estaduais.

A conjuntura econômica inflacionária, até 1994, permitia um ganho financeiro oculto pelo fato que a receita era atualizada monetariamente, sendo que a despesa permanecia sem correção. Foi a partir de 1995, com o plano real e a estabilização econômica que a rolagem da dívida foi extremamente importante para o ajuste das contas.

Em 1998 a união anunciou o Programa de Estabilização Fiscal do Governo e a lei de Responsabilidade Fiscal, que regravava os gastos públicos e restringia o endividamento. Neste ano, também a Lei Kandir foi implementada, o que fez com que o Estado deixasse de arrecadar bilhões de reais, uma vez que o Rio Grande do Sul é um dos maiores exportadores brasileiros.

As receitas públicas estão cada vez mais comprometidas com a dívida pública, como solução o governo deveria aumentar suas formas de arrecadação, realizar um planejamento das despesas, com o objetivo de reduzi-las o máximo possível.

O aumento das operações de crédito decorre do desequilíbrio fiscal do estado, originado não somente pelos déficits operacionais, mas também pelo aumento da

dívida pública, que gera grandes custos através de seus encargos, que são pagos com novas operações de crédito. Assim, a dívida é postergada ano após ano, prejudicando o crescimento econômico e social.

A política de déficit zero, não é o suficiente para sanar os problemas da situação financeira estadual, apenas retira recursos de investimento de outras contas, fazendo com que por mais que as contas estejam superavitárias o desenvolvimento social e econômico não ocorra.

Dessa maneira, conclui-se que o Estado precisa de medidas concretas com o objetivo de controlar e melhorar a qualidade dos gastos públicos. Uma reforma tributária faz-se necessária para que as receitas gerem um maior superávit e, por consequência reduzam a dívida pública.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, Carlos L. K. **A Lei de Responsabilidade Fiscal como instrumento de política e de gestão fiscal.** Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2211/000315956.pdf?sequence=1>. Acesso em setembro 2015.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 53, de 19-12-2006. 40a ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CALANDRO, Maria Lucrécia. A dívida pública da Administração Direta do Rio Grande do Sul – 1960-84. In: Eugenio Lagemann, org., **Rio Grande do Sul - 150 anos de finanças públicas**. FEE. Porto Alegre, 1985, p.107-134.

CARVALHO, Carlos Eduardo. **Finanças Públicas e Estabilização do Plano Real: Uma Reinterpretação**. Artigo. 2001. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/Ecopol/2001/TD0401.pdf>> Acesso em Outubro de 2015.

CASA NOVA, Anderson; MARQUETTI, Adalmir Antonio. **A crise das finanças públicas no Rio Grande do Sul**: origem e evolução nos anos 1999/2006. Ensaio FEE, Porto Alegre, 2009 (30), P. 303-326.

DICIONARIO DE FINANÇAS PÚBLICAS

FACHIN, Otília. **Fundamentos de Metodologia**, 5º ed. – São Paulo: Saraiva, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTADÍSTICA. Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.fee.tche.br. Acesso em Outubro de 2015.

GARSELAZ, Paulo da S. **Dívida pública: uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul**, 2000. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3820>. Acesso em Outubro 2015.

GIANBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2003. Ministério da Fazenda, Glossário Tesouro Nacional Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp Acesso em: Outubro de 2015.

MUSGRAVE, Richard. **Teoria das Finanças Públicas**. V.1, São Paulo: Atlas, 1979.

PORSSE, A. **Aumento do ICMS no Rio Grande do Sul, em 2005**: uma análise de equilíbrio geral computável. 2008. *Ensaio FEE* [Online] 28:0. Disponível: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2152/2536> Acesso em: Outubro 2015.

PORTUGAL, Marcelo S. **Efeitos do Plano Real sobre o Rio Grande do Sul: As exportações, o nível de atividade e as finanças públicas gaúchas nos dois primeiros anos do Plano Real.** Artigo. 1997. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10532/6172>> Acesso em outubro de 2015.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas.** São Paulo: Atlas. 1979

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória.** 4^o ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Darcy Carvalho dos. **Contas Públicas do Rio Grande do Sul – o rombo é cada vez maior.** Disponível em: www.sindaf.com.br/Downloads/Imagens/Revista/19_darcy.pdf. Acesso em outubro de 2015.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.sefaz.rs.gov.br. Acesso Novembro 2015.

9. ANEXOS

Tabela 9 – Receitas Correntes (R\$), 1995-2008.

ANO	Receitas Correntes (R\$)
------------	-------------------------------------

1995	R\$ 15.606.615.177
1996	R\$ 18.331.408.723
1997	R\$ 18.065.153.363
1998	R\$ 20.624.953.500
1999	R\$ 17.946.378.628
2000	R\$ 18.296.716.717
2001	R\$ 17.626.075.977
2002	R\$ 17.720.601.829
2003	R\$ 20.698.879.928
2004	R\$ 19.352.508.015
2005	R\$ 21.907.648.609
2006	R\$ 22.685.954.077
2007	R\$ 22.461.634.630
2008	R\$ 24.659.512.594

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, a partir de dados da Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Tabela 10 – Receitas de Capital (R\$), 1995-2008.

ANO	Receitas de Capital (R\$)
1995	3.206.249.279,46
1996	6.898.169.441,74
1997	10.455.465.900,99
1998	15.749.573.293,11
1999	557.221.653,61
2000	1.676.906.323,66
2001	943.164.705,84
2002	555.093.623,20
2003	598.815.531,22
2004	540.668.404,92
2005	228.142.559,18
2006	399.220.702,19
2007	1.480.643.860,72
2008	1.309.334.495,17

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, a partir de dados da Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Tabela 11 – Operações de Crédito (R\$), 1995-2008.

ANO	Operações de Crédito (R\$)
1995	3.137.020.654,40
1996	3.671.381.548,81

1997	4.457.723.462,64
1998	10.363.304.967,73
1999	361.631.237,99
2000	616.343.639,53
2001	242.838.131,64
2002	206.327.432,16
2003	391.646.757,15
2004	284.527.964,37
2005	155.552.987,35
2006	34.618.669,08
2007	0
2008	1.192.009.846,26

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, a partir de dados da Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Tabela 12 – Alienação de Bens (R\$), 1995-2008.

ANO	Alienação de Bens (R\$)
1995	294.907,86
1996	2.550.379.402,03
1997	5.055.452.366,10
1998	5.089.458.064,60
1999	2.109.712,92
2000	888.313.310,94
2001	590.808.628,74
2002	277.728.552,74
2003	184.118.792,06
2004	209.053.347,21
2005	35.692.044,72
2006	272.712.750,69
2007	1.407.347.751,35
2008	4.300.139,03

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, a partir de dados da Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Tabela 13 – Amortização da dívida (R\$), 1995-2008.

ANO	Amortização da dívida (R\$)
------------	--

1995	3.487.245.555,10
1996	3.056.094.513,47
1997	4.069.527.344,40
1998	4.523.754.990,42
1999	1.303.765.886,11
2000	1.303.310.683,71
2001	1.375.929.280,19
2002	1.380.195.973,60
2003	1.599.845.179,16
2004	1.457.220.283,04
2005	1.735.320.238,89
2006	1.753.842.809,35
2007	1.662.142.049,95
2008	2.916.393.887,73

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, a partir de dados da Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Tabela 14 – Receitas Correntes (%), 2000-2010.

Ano	Receitas Correntes ICMS/Total (%)
2000	68
2001	70
2002	65
2003	63
2004	66
2005	67
2006	66
2007	64
2008	64
2009	62
2010	61

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, a partir de dados da Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul.